

INFORME ECONÔMICO

■ ANA D'ANGELO

DÍVIDA EXTERNA

Credibilidade da economia

A proposta de realização de plebiscito nacional, patrocinada pela CNBB e entidades civis, sobre o pagamento da dívida externa brasileira é fora de propósito e de foco. A avaliação é do economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. Para ele, ou procura-se com a iniciativa atingir outro objetivo, ou os envolvidos não sabem do que estão falando.

Velloso destaca que o país está exatamente na direção oposta, de negociação e pagamento da dívida e de recuperação da sua credibilidade. Ao contrário do verificado até o fim dos anos 80, quando o calote era a tônica. Esse processo envolveu longa renegociação da dívida externa conduzida no início dos anos 90, durante o governo Collor, coincidentemente pelo hoje ministro Pedro Malan.

Paralelamente, o Brasil entrou num novo modelo de economia, mais aberta, quando foi eliminada a maior parte das barreiras impostas aos produtos estrangeiros. Essa abertura comercial, lembra Velloso, só foi possível porque os mercados internacionais estavam dispostos a financiar países emergentes. Com a abertura da economia, o déficit na balança de pagamentos – que registra a diferença entre o que entra e sai de dólares – aumentou, e junto a dependência de dinheiro externo.

A melhora recente da credibilidade do Brasil pode ser vista no *spread* (taxa de risco) que os títulos brasileiros pagam no exterior. Tomando por base os C-Bonds, os papéis mais negociados lá fora, de julho de 1994 até o início deste ano, o *spread* médio estava em 8% ao ano, acima da rentabilidade dos títulos americanos. Na época da crise asiática, chegou a 10%. De maio para cá, essa taxa tem caído, situando-se na casa dos 7%. Mas a queda é lenta. “Os agentes ficam desconfiados porque temem que de uma hora para outra surjam loucuras como essa do plebiscito”, comenta o economista.

A necessidade de gerar superávits primários altos (receita menos despesas) para pagamento dos juros da dívida pública interna e externa (para este ano é algo na ordem de R\$ 36 bilhões) decorre do fato de que essa dívida saltou de 30% do PIB no fim de 1994 para 50% em janeiro de 1999. É bom registrar que esse crescimento é obra e graça do governo Fernando Henrique Cardoso, que gastou no primeiro mandato muito mais do que suas receitas disponíveis e tomou dinheiro emprestado junto aos investidores para financiar sua ganância.

Por causa disso os credores, sejam eles externos ou internos, estão ditando as regras sim. A saída do Brasil é reduzir suas taxas de juros, para assim diminuir o crescimento da dívida, tornando-a administrável dentro do seu orçamento. Mas, para isso, precisa da credibilidade.

Para Velloso, iniciativas como a do plebiscito só abalam esse processo de recuperação da credibilidade. “É um tiro no próprio pé, porque o *spread* brasileiro sobe e a população pagará mais por isso”, diz. A não ser que a opção seja a de fechar a economia de novo. O que, na sua visão, é andar para trás. “Essa discussão agora que o país passou por todos os purgatórios possíveis está completamente desfocada”, completa ele.